

A PERSPECTIVA DE PERTENCIMENTO FAMILIAR PARA ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Sheila Cristina Teixeira¹

Leonora Vidal Spiller²

RESUMO

No presente artigo teve-se por objetivo compreender a percepção de pertencimento familiar em adolescentes institucionalizados. Pertencer a uma família pode dizer respeito ao quanto a criança ou o adolescente recebeu a devida atenção e cuidados por parte dos pais ou responsáveis. O fato de ser institucionalizados pode, ou não, afetar o sentimento de pertencer ainda à família, até pela ideia que as crianças e adolescentes têm que os pais irão buscá-los, visto que o abrigo é algo que deveria ser provisório. Para melhor entendimento foram abordados os temas como suporte familiar, vínculos afetivos e motivos que levam os adolescentes à institucionalização. Com o intuito de alcançar resultados mais satisfatórios, a pesquisa foi qualitativa e exploratória, o método de coleta de dados foi um estudo de caso e a análise destes realizou-se por meio do método de análise de conteúdo. Os sujeitos foram quatro adolescentes institucionalizados, com idades de 12 a 16 anos. Pode-se notar que a percepção de pertencimento existe para os adolescentes e, está ligada ao afeto que receberam, durante o acolhimento ou, por meio de sua família de origem. O que se evidenciou é a dificuldade em identificar à qual família pertencem, se é ao abrigo ou à família em que estão afastados temporariamente. Isso, possivelmente, por não terem recebido o suporte familiar considerado adequado.

Palavras-chave: Adolescentes institucionalizados. Família. Pertencer.

1 INTRODUÇÃO

As relações familiares são a base do conhecimento que o sujeito tem sobre o mundo que o cerca; a família o insere na sociedade, com suas regras e valores, assim como dá suporte afetivo, o que auxilia na construção do psiquismo humano (RODRIGUES; SOBRINHO; SILVA, 2000). Portanto, no presente artigo buscou-se alcançar resposta sobre o suporte e vínculos familiares em adolescentes institucionalizados e como estes entendem o que é pertencer a uma família, visto que passam determinado tempo longe de suas casas e de seus familiares.

O fato de serem institucionalizados faz com que não tenham todos os direitos garantidos, inclusive de serem educados e amados no seio da família. Os vínculos familiares de afeto promovem o desenvolvimento físico e psicológico das crianças, bem como as preparam para conviver em sociedade; porém, a instituição não consegue abranger todas as necessidades infantojuvenis, ela assegura as necessidades básicas como alimentação, higiene e cuidados básicos de saúde, mas a afetividade dada pelos familiares (pai, mãe ou responsáveis) não é encontrada nesses lugares (SOUZA; BAPTISTA, 2008).

Assim, crianças e adolescentes que são institucionalizados não têm o suporte familiar adequado, seus lares na maioria das vezes são violentos, os membros familiares são envolvidos com drogas e quase sempre não vivem em condições socioeconômicas adequadas. Então, essas crianças e adolescentes são encaminhados a instituições como uma forma preventiva e provisória até que a família tenha condições de mantê-los novamente. (PINHEL; TORRES; MAIA, 2009). Contudo, muitas crianças e adolescentes passam anos em abrigos sem serem adotados e sem voltar para a família de origem, sendo um processo demorado e doloroso.

Dessa forma, os adolescentes institucionalizados foram foco deste estudo, tendo como objetivo compreender a percepção de pertencimento familiar em adolescentes institucionalizados. Para tanto, foram abordados temas sobre

¹ Graduanda no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; sheilacristina89@hotmail.com

² Especialista em Psicologia do Trânsito pela Faculdade Estácio de Sá; Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; leonora.spiller@unoesc.edu.br

família, suporte familiar, vínculos afetivos, pertencimento e motivos que levam os adolescentes à institucionalização. Assim, foi realizada uma pesquisa qualitativa, os sujeitos participantes foram quatro adolescentes de um serviço de acolhimento para adolescentes de uma cidade do Oeste de Santa Catarina.

2 PERTENCIMENTO FAMILIAR

A família é o primeiro contato social da criança, ela fornece apoio para que haja o desenvolvimento físico e psíquico do sujeito (SOUZA; BAPTISTA, 2008). O ambiente familiar é um gerador de significados, esses significados vão tomando forma de acordo com a troca de experiências individual e grupal dos membros da família, os significados passam a formar o mundo familiar, sendo a referência para normas, regras e valores do viver em família. Delgado (2005) afirma que a família é capaz de gerar no indivíduo o sentimento de pertencimento primário, que se moldará no decorrer da existência individual e familiar. Assim, o senso de pertencer vai se criando em níveis distintos, está presente em todos os membros familiares e é algo que não pode ser medido ou visto, é subjetivo.

A convivência familiar influencia nas ações de crianças e adolescentes, como, por exemplo, a violência, o tráfico de drogas e a falta de recursos socioeconômicos. Dessa forma, algumas famílias não proporcionam suporte para seus membros pelo fato de serem conflituosas, pela falta de afeto e cuidados, são marcadas por brigas constantes entre pais e filhos, abuso sexual e físico, falta de orientação referente a uso de drogas, gravidez, sexualidade, entre outros (FERREIRA, 2014). Já na família considerada saudável ou funcional, as pessoas interagem entre si compartilhando suas experiências, organizando e definindo objetivos que promovem crescimento, bem-estar e progresso dos membros. A convivência dos membros no grupo é consciente e de mútuo apoio, influenciando e sendo influenciados, provocando relações agradáveis (RODRIGUES; SOBRINHO; SILVA, 2000).

Não existe família modelo, mas os pais têm o dever de prover as necessidades de seus filhos, como amparo, amor, aceitação, necessidades físicas e intelectuais (GUERREIRO, 2007). Souza e Baptista (2008) afirmam que o suporte familiar oportuniza a saúde psicológica dos membros, e não deve ser confundido com estrutura familiar, que diz respeito à formação, à composição familiar, a quantos membros pertencem e ao papel de cada um. A estrutura familiar não interfere no suporte que os membros terão pelo fato de que diferentes formações familiares propiciam o suporte adequado.

Crianças e adolescentes com experiência de violência física ou emocional causada pelos pais ou responsáveis, a perda deles (morte ou separação) e deficiência de afeto se mostram mais desatentas, não receptivas e com altos níveis de desesperança (SOUZA; BAPTISTA, 2008). Quando a criança passa para a adolescência, por volta dos 12 anos, começa a ter autonomia e senso de independência, assim, não ter referências de segurança e suporte nesse período pode provocar dificuldades no seu desenvolvimento. A falta de interação com a família e a comunidade na fase da adolescência pode torná-la árdua no que diz respeito à estruturação da identidade, autonomia, autoestima e nos pensamentos em relação ao futuro (PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR, 2006).

As crianças e adolescentes em contexto de abrigos vivenciam essa falta de referência segura, ficam à espera de um parecer sobre a sua situação, pelo Juizado da Infância e Juventude. Os abrigos são locais que protegem aqueles que, temporariamente, são afastados da convivência em família, ou ainda os que “são ameaçados, assediados ou envolvidos com tráfico de drogas, são usuários de drogas, vítimas de violência intra e extrafamiliar (física, sexual, psicológica, negligência) ou, ainda, filhos de pais destituídos do poder familiar.” (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 33).

Assim, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em seu artigo 19, prevê: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária.” (BRASIL, 2015, p. 13). Nesse sentido, ao pensar na manutenção da criança e do adolescente no âmbito familiar é necessário entender como é a acomodação da criança na família, considerar as situações de risco e vulnerabilidade que podem violar os direitos, evitando sempre a separação e o que esta pode provocar; se for imprescindível a retirada da criança da família de origem, cabe pensar como será sustentada a vivência familiar com a própria família ou com outra (SILVA, 2004).

As situações de risco, desamparo, miséria, falta de afeto e atenção que a criança pode enfrentar no seio familiar são consideradas tipos de violência. Assim, a violência infantojuvenil pode estar intimamente ligada à pobreza, contudo, não se pode afirmar que todas as famílias de baixa renda expõem as crianças e adolescentes à vulnerabilidade e violência.

Porém, a falta de recursos para as garantias mínimas de sobrevivência leva à negligência: falta de higiene, alimentação, moradia, saneamento básico e educação, por exemplo. Mas, a negligência não deve ser confundida com pobreza, muitas famílias socioeconomicamente favorecidas passam pelo mesmo problema; negligência é o desleixo do responsável, que deveria tomar os cuidados necessários, e não o faz por omissão ou outros motivos (MOREÍ; KRENKEL, 2014).

3 MÉTODO

A pesquisa foi qualitativa e exploratória, dessa forma, o método de coleta de dados foi composto por um estudo de caso com entrevistas semiestruturadas. As entrevistas com os sujeitos aconteceram de maneira individual, foram gravadas, e, posteriormente, transcritas; então, os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo.

Os sujeitos da pesquisa foram quatro adolescentes, com idades entre 12 e 16 anos (os participantes foram aqueles que a instituição disponibilizou), abrigados em uma instituição para adolescentes de uma cidade do Oeste de Santa Catarina. Conforme os princípios éticos da pesquisa, todos os passos para a coleta de dados foram sigilosos, os nomes reais dos participantes foram trocados por letras para que não comprometessem a integridade destes. Para cada sujeito e responsável foi apresentado o Termo de Consentimento de Fotografias e Gravação, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o Termo de Assentimento e o Termo de Instituição Coparticipante.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os adolescentes desta pesquisa tiveram seus nomes substituídos pelas letras, K. S., L. C., H. C., F. B. Com 16 anos, K. S. é mãe de S. L., que tem um ano, está acolhida há dois meses por motivos de desentendimentos em seu relacionamento conjugal, teve depressão pós-parto. L. C. tem 15 anos, está há quatro meses no abrigo, o que o fez ser acolhido foram brigas familiares, uso de drogas e não frequentava a escola. H. C. tem 14 anos e está no abrigo há aproximadamente quatro meses, relatou que não frequentava a escola e passava noites longe de casa, sendo que esses foram os motivos que o levaram a ir para o abrigo. F. B. tem 16 anos, praticava pequenos furtos e usava drogas, está no serviço de acolhimento há um ano e sete meses, aproximadamente.

Todos relataram não ter previsão do desacolhimento. Assim, para melhor compreensão, a análise foi dividida em quatro categorias: violência familiar, suporte familiar, família e pertencimento, as quais, a seguir, serão avaliadas individualmente.

4.1 VIOLÊNCIA FAMILIAR

As situações de risco, desamparo, miséria, falta de feto e atenção que a criança pode enfrentar no seio familiar são consideradas tipos de violência. Tanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto o Ministério da Saúde abordam como violência familiar aquela que se identifica por “ações ou omissões que prejudiquem o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família.” (MOREÍ; KRENKEL, 2014, p. 33).

Os adolescentes entrevistados estão acolhidos por negligência dos pais e/ou responsáveis, que, por consequência, levaram-os a cometer pequenos furtos, uso de drogas, abandono escolar, gravidez precoce, entre outras violências. Sobre o motivo que os levou ao acolhimento, o adolescente F. B. relatou que foi “por motivos de [...] Erros que eu fiz [...] Ah [...] Furtos e drogas também”, assim como H. C. explicou que “porque eu não ia na aula [...] porque eu não se comportava, saía de noite (risos).” (informações verbais).

Os participantes da pesquisa, assim como a maioria dessas crianças e adolescentes, possuem seus pais vivos, mas sem condições de oferecer os cuidados e direitos necessários, sendo que os problemas que levam as crianças a serem institucionalizadas são diversos, família sem condições socioeconômicas, com usuários de drogas, falta de condição física ou psicológica e violência física (muitas vezes) (PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR, 2006).

Todos os adolescentes disseram não saber a previsão de desacolhimento, visto que crianças e adolescentes em contexto de abrigos ficam à espera de um parecer sobre a sua situação, pelo Juizado da Infância e Juventude. Os abrigos são locais que protegem aqueles que, temporariamente, são afastados da convivência em família, ou ainda os que “são ameaçados,

assedeados ou envolvidos com tráfico de drogas, são usuários de drogas, vítimas de violência intra e extrafamiliar (física, sexual, psicológica, negligência) ou, ainda, filhos de pais destituídos do poder familiar.” (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 33).

Sobre negligência familiar, H. C. relatou que quando criança sua mãe saía para trabalhar e o deixava sozinho durante a noite toda, podendo-se chegar à conclusão que, possivelmente, esse adolescente foi negligenciado desde seu nascimento: “Só quando eu era pequeno, daí quando a mãe saía, daí eu se sentia abandonado. Não, o pai não morava [...] a mãe era separada [...] Sozinho, morava eu e a mãe. Sim, ela ia trabaíá.” (informação verbal). Os adolescentes participantes das entrevistas não são destituídos do pátrio poder, estão, temporariamente, afastados de suas famílias de origem, e aguardam o dia em que sua situação se resolva para voltarem às suas famílias.

4.2 SUPORTE FAMILIAR

Suporte familiar pode ser entendido como o quanto os filhos recebem dos pais ou responsáveis, o afeto, a proteção e o cuidado, acrescentando a autonomia adquirida por meio das relações, cooperação e aceitação, assim como a confiança entre os membros. Ainda, pode ser manifestado como funções essenciais asseguradas pela família: obter e repassar informações acerca do mundo; auxiliar na formação da identidade; facilitar a comunicação familiar que proporcione a resolução de problemas; e promover ambiente saudável e agradável para a convivência de seus membros. Logo, a família que garante muitas dessas características consegue promover a evolução e o crescimento individual, tornando-se um sistema suporte (SOUZA; BAPTISTA, 2008).

Os entrevistados acreditam que a família é importante na medida em que se torna um centro de apoio e acolhimento, porém, de acordo com seus relatos, suas famílias não proporcionaram o suporte considerado adequado. F. B. caracterizou a falta de apoio por parte da família afirmando que: “[...] a minha família me deixou livre né. Tipo... a minha família nunca falou tipo, ah... não segue essa vida, tipo, nunca me deu apoio pra me auxiliar o que é certo e o que é errado.” (informação verbal). Assim, Ferreira (2014) cita que famílias que negligenciam seus filhos não proporcionam o suporte adequado pelo fato de serem conflituosas, pela falta de afeto e cuidados, e por suas relações serem marcadas por brigas constantes entre pais e filhos, abuso sexual e físico, falta de orientação sobre o certo e o errado, uso de drogas, gravidez, sexualidade, entre outros.

Considerando os aspectos revelados por F. B., é possível que durante seu desenvolvimento a família o tenha negligenciado, assim como para os demais adolescentes entrevistados. Em seus relatos afirmam que faziam abusos de drogas, não frequentavam a escola e as relações familiares eram marcadas por brigas constantes; essas atitudes caracterizam o suporte familiar considerado inadequado e contribuem para o acolhimento desses adolescentes.

4.3 FAMÍLIA

A família pode ser entendida como um grupo unido por vínculos afetuosos em que seus membros têm o sentimento de pertencer a esse grupo. Dessa forma, a família é um modelo que o indivíduo passa a seguir (normas, valores, regras e comportamentos), e os caminhos a serem traçados, no futuro, dependem desse apoio familiar (SOUZA; BAPTISTA, 2008).

Os adolescentes, em concordância com os autores, caracterizam a família como centro de apoio, afeto, união e atenção. Isso é exemplificado na fala de F. B.: “Família? [...] Que [...] sempre tão dando apoio, isso pra mim é família, que tão sempre juntos e que é um laço de amor, que não deixam de amar o filho né, isso que é família.” (informação verbal). Além disso, acreditam que a família é responsável por dizer o que é certo ou errado, corrigindo-os e não deixando que cometam erros. L. C. contribuiu dizendo: “É a pessoa que sempre tá dando [...] como que eu posso fala? Ensinando, dizendo que não pode fazer as coisas errada, essas coisa.” (informação verbal).

De acordo com Souza e Baptista (2008) os pais colaboram com a formação de identidade das crianças, é responsabilidade deles transferirem a cultura e os conhecimentos individuais e coletivos da família. Cabe ainda, a família garantir um ambiente adequado para o desenvolvimento pleno da criança, com a possibilidade de conhecimentos abrangentes sobre o universo que a cerca.

Isso não acontece com os adolescentes institucionalizados, pois o próprio acolhimento institucional dá indícios de que faltou algo durante a criação desses adolescentes. Além disso, a história de vida de cada um e as respostas obtidas demonstraram o oposto de suas famílias e relações familiares, uma vez que a família fica em evidência quando se fala na

formação de futuros cidadãos, porém, o papel dela como local de apoio, pertencimento, carinho e educação está sendo deixado de lado pelo fato de constantes notícias sobre violência que ocorre dentro da família (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2012).

Os adolescentes expressaram a vontade de ter uma família diferente daquela em que viveram até serem abrigados. Em suas falas mostraram saber o que seria um ambiente saudável e que garantisse seus direitos. F. B. idealizou uma família dizendo: “Ah! Que me desse amor né! Tipo, aqui eles me dão, mas eu, tipo, eu gosto de família bastante alegre. [...] Que fique feliz do meu lado me apoiando”, e H. C. disse que a família ideal seria: “Sem brigas, sem [...] Uma mãe e um pai aconselha.” (informações verbais). Dessa forma, ao idealizarem uma família, os adolescentes relataram características opostas às suas relações familiares, demonstraram a carência de atenção e de um ambiente acolhedor e pacífico.

4.4 PERTENCIMENTO

Todos os seres humanos, em alguma época de suas vidas, têm, tiveram ou terão uma família que propicie o sentido de ser, de existir. Delgado (2005) afirma que a família é capaz de gerar no indivíduo o sentimento de pertencimento primário, que se moldará no decorrer da existência individual e familiar. Assim, o senso de pertencer vai se criando em níveis distintos, está presente em todos os membros familiares e é algo que não pode ser medido ou visto, é subjetivo.

Os adolescentes demonstraram dificuldade para expressar quem pertence à sua família, ficaram em dúvida se família é o abrigo ou a de origem. H. C. disse acreditar que: “Os que tão comigo agora”, “A Dona C, os piá, os educador, a Dona R., a Dona F.” (informação verbal), mas terminou a fala dizendo que também pode incluir sua família de origem. F. B. também ficou indeciso: “Hoje, no caso, é o abrigo. Ah [...] minha vó, minha vó [...] e minha mãe e o abrigo também que tá me dando apoio.” (informação verbal). A única resposta distinta foi de L. C.: “Eu!” (informação verbal), sendo que sua relação familiar era muito conflituosa, quase sempre marcada por brigas e discussões, os comportamentos afetuosos eram pouco demonstrados.

Então, possivelmente, o que interfere no sentimento de pertencer é o afeto que esses adolescentes receberam em casa ou estão recebendo no abrigo, exemplificando isso o adolescente F. B. disse que: “Ah, o jeito que eles me tratam, e como eles falam comigo, que eu vejo que eles têm carinho comigo”, assim como L. C.: “Deixa eu pensá, deixa eu pensá [...], dão conselho, dão amor, essas coisa.” (informações verbais). Já o adolescente H. C. relatou comportamentos de carinho e afeição, dando um exemplo de zelo por parte de sua mãe: “Que ela me acorda cedo de manhã, faz café pra mim tomá, lava minha roupa [...]” (informação verbal).

Pode-se notar que a percepção de pertencimento existe para os adolescentes e está ligada ao afeto que receberam, durante o acolhimento ou por meio de sua família de origem. O que se evidenciou foi a dificuldade em identificar a qual família pertencem, se é ao abrigo ou à família da qual estão afastados temporariamente.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo teve-se por objetivo procurar entender qual é a percepção de adolescentes institucionalizados em relação ao pertencimento familiar, visto que, quando se fala em adolescentes em situação de acolhimento, entende-se que a família não proporcionou os devidos cuidados para garantir a permanência dos filhos em seu seio. O ambiente ao qual a família se desenvolve é importante para a formação das crianças e adolescentes, influencia diretamente em suas ações, como, por exemplo, a violência, o tráfico de drogas e a falta de recursos socioeconômicos.

Os objetivos com esta pesquisa foram atingidos na medida em que se evidenciou a dificuldade dos adolescentes em definir o conceito de pertencimento familiar, em que demonstraram dúvida se o pertencer está ligado à família de origem (pais, irmãos, avós, entre outros) ou ao local em que vivem, agora, o abrigo. Também, foram identificados os motivos que levaram os adolescentes ao serviço de acolhimento, sendo eles uso de drogas, furtos, gravidez precoce, ou seja, de forma geral, a negligência dos pais/responsáveis. No que se refere às relações familiares, identificou-se que as famílias não proporcionaram o suporte adequado a esses adolescentes, deixando-os em situação de risco, o que contribuiu para a retirada deles de seus lares. A situação de risco e a falta de suporte familiar que cada adolescente enfrenta podem ter influenciado na percepção de pertencimento familiar.

Portanto, a pesquisa tornou-se importante ao abordaram-se os temas de violência familiar e adolescentes em situação de acolhimento, permitindo que a sociedade conheça a realidade de muitas famílias brasileiras, assim como as

instituições, que, por vezes, não contribuem efetivamente para a reintegração familiar, visto que há grande reincidência dos adolescentes aos abrigos, e essa realidade impacta diretamente o sentimento de pertencimento desses adolescentes.

The perspective of family belonging to institutionalized adolescents

Abstract

This article aims to understand the perception of family belonging in institutionalized adolescents. Belonging to a family may be linked to the child or adolescent, received due care and attention from parents or guardians. The fact that they are institutionalized may or may not affect the feeling of belonging to the family, even the idea that the children and adolescents have of the parents will seek them, since the shelter is something that should be provisional. For a better understanding, the themes such as family support, affective bonds and the reasons that lead adolescents to institutionalization were addressed. In order to achieve more satisfactory results, the research was qualitative exploratory, the method of data collection was a study and data analysis was performed using the content analysis method. The subjects were four institutionalized adolescents, aged 12 to 16. It can be concluded that the institutionalized adolescents show difficulty in expressing what it is to belong to a family, since they did not receive adequate family support.

Keywords: Institutionalized adolescents. Family. Belong.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P. (Org.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. 367 p.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 13. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2015. 117 p.

DELGADO, J. A. Que é o “**ser da família**”? **Texto contexto – enfermagem**, v. 14, p. 86-94, 2005.

FERREIRA, F. P. M. Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. **Serviço Social e Sociedade**, n. 117, p. 142-168, 2014.

GUERREIRO, M. S. A. Rocha. **Representação de família em crianças que vivem em família e em crianças institucionalizadas**. 2007. 147 p. Dissertação (Mestrado)–Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, Portugal, 2007.

MORÉ, C. L. O. O.; KRENKEL, S. **Violência no contexto Familiar**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014. 82 p.

PINHEL, J.; TORRES, N.; MAIA, J. Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado. **Análise Psicológica**, p. 509-521, 2009.

RODRIGUES, M. S. P.; SOBRINHO, E. H. G.; SILVA, R. M. da. A Família e sua importância na formação do cidadão. **Família Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 40-48, jul./dez. 2000.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 390-399, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000200021>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SILVA, E. R. A. da (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, DF: IPEA: CONANDA, 2004. 416 p.

SOUZA, M. S. de; BAPTISTA, M. N. Associações entre suporte familiar e saúde mental. **Psicologia Argum**, p. 207-215, jul./set. 2008.